

CANOAGEM COMO LAZER: da margem ao canônico¹

Alexandre Paulo Loro²

Chapecó, SC, Brasil

Giuliano Gomes Assis de Pimentel³

Maringá, PR, Brasil

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar a produção de diferentes discursos a partir da canoagem como uma prática de lazer, que transita do desviante ao canônico, a partir de sua regulamentação. A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem exploratória, que contou com a colaboração de diferentes agentes. Os procedimentos consistiram na combinação de técnicas para a coleta de dados: observações de campo participante e não-participante e posteriores entrevistas. Como não cabe socialmente que toda e qualquer atividade no tempo livre seja considerada legítima ou até legal, especialmente em uma região de fronteira, em um jogo tensional e dinâmico de oposições, tolerâncias e alianças, entram em disputa diferentes discursos e práticas sociais envolvendo o lazer nos cursos d'água.

Palavras-chave: Lazer Desviante. Território fluvial. Canoagem.

CANOEING AS LEISURE: from the margin to the canonical

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the production of different discourses from canoeing as a leisure practice, which transits from the deviant to the canonical, from its regulation. The methodology used consisted of an exploratory approach, with the collaboration of different agents. The procedures consisted in combining techniques for data collection: participant and non-participant field observations and subsequent. The course of the analysis suggested the existence of a power relationship (correlation of forces) that sets different subjects in dispute in determination what are the truths of leisure. Since it does not fit socially that any

¹ Esse artigo é parte da Tese de Doutorado em Educação Física, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com Estágio Sanduíche realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) - Portugal. O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil (Ministério da Saúde) e foi certificado pelo Comitê de Ética da UEM (Parecer de aprovação n. 43510114.8.0000.0104). O estudo não recebeu auxílio financeiro de nenhuma agência de fomento.

² Pós-doutor em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS Campus Chapecó-SC-Brasil). Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFFS), Curso de Mestrado (Campus Erechim-RS-Brasil). E-mail: alexandre.loro@uffs.edu.br

³ PhD pela Universidade de Coimbra e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de estágio sênior (2015) na Universidade de Munster - Alemanha. Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá na Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e no Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Educação Física (Mestrado e Doutorado). E-mail: ggapimentel@uem.br

activity in free time be considered legitimate or even legal, especially in a region of the Frontier, in a tensional and dynamic game of oppositions, tolerances and alliances, different discourses and social practices involving the leisure in the waterways go into dispute.

Keywords: Leisure Deviant. Fluvial territory. Canoeing.

PIRAGÜISMO COMO OCIO: de la margen al canónico

RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar la producción de diferentes discursos del piragüismo como una práctica de ocio, que se mueve de lo desviado a lo canónico, desde su regulación. La metodología utilizada consistió en un enfoque exploratorio, que contó con la colaboración de diferentes agentes. Los procedimientos consistieron en la combinación de técnicas para la recolección de datos: observaciones de campo participante y no participante y posterior entrevistas. Como no es socialmente apropiado que cualquier actividad en el tiempo libre se considere legítima o incluso legal, especialmente en una región de frontera, en un juego tenso y dinámico de oposiciones, tolerancias y alianzas, entran en disputa diferentes discursos y prácticas sociales involucrando el ocio en los cursos de agua.

Palabras-clave: Ocio Desviado. Territorio fluvial. Piragüismo.

Introdução

O lazer, cuja raiz etimológica (*licere*) representa aquilo que é lícito, ou seja, permitido, possui demarcações carregadas de julgamento de valor (PARKER, 1978) e, conseqüentemente, as práticas que não estão enquadradas em determinadas referências tornam-se indizíveis no plano social e, assim, são remetidas ao silenciamento. Entretanto, a ocorrência do lazer pressupõe a existência de desvios, pois não procede socialmente que toda e qualquer atividade no tempo livre seja considerada lícita.

Na vida cotidiana as emoções e os desejos nem sempre podem ser manifestados abertamente, os impulsos precisam ser contidos, sendo criados e instituídos mecanismos de controle social com finalidade disciplinar e de contenção. Este fenômeno também é identificável nas práticas de lazer. O que na atualidade é reconhecido e denominado como lazer é uma construção social, cujo surgimento provém de circunstâncias e contextos específicos, passa por ajustes históricos e socioculturais, gerando normas. Outrossim, o que chamamos de normalidade no lazer não é puramente uma discussão teórica, mas é parte da experiência, uma categoria instável, que depende de critérios diversificados, sendo identificável pela conjunção de dois parâmetros: um objetivo, de caráter social – o tempo/espço; e outro subjetivo, de caráter individual – a atitude (SILVA *et al.* 2011).

As práticas de lazer desviante estão para além das margens do lazer convencional (canônico), elas escapam à normatividade e nem sempre são aceitáveis ou consensuais. Por vezes, percebidas como experiências negativas em decorrência do rompimento de convenções sociais, o lazer desviante é caracterizado por condutas transgressoras às normas e aos princípios morais da sociedade, nos quais os indivíduos procuram experiências que não são permitidas de serem vivenciadas no cotidiano (PIMENTEL, 2010a, 2010b).

Os modos de operar dos mecanismos de poder implicam o uso da territorialidade como estratégia de regulação e/ou de desvio, desencadeando uma ambiência singular entre norma e lei nas práticas de lazer. Onde há poder, há resistência e, para cada norma, são produzidos desvios. Há, pois, um lazer desviante, que opera do outro lado do “espelho” com uma territorialidade fronteiriça que estimula a liberação para vivenciá-lo, seja anormal ou até mesmo ilegal, os quais perdem força coercitiva à medida que ocorrem movimentações.

Na imbricada relação entre limite e transgressão, a região de fronteira (Brasil-Argentina-Paraguai) emerge como um território privilegiado para a indagação do seguinte problema: como as práticas de lazer desviante e as permanentes disputas pelos espaços produzem práticas e discursos em torno do território fluvial?⁴ Nosso propósito nesse artigo é, portanto, analisar a produção de diferentes discursos a partir da canoagem como uma prática de lazer, que transita do desviante ao canônico, a partir de sua regulamentação.

Metodologia

A realidade do contexto fronteiriço transborda concepções pré-definidas, por esse motivo utilizamos uma abordagem exploratória. A partir do diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, o estudo contou com a colaboração de sete agentes: a administradora de um parque aquático, o presidente da Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia (ADERE), e cinco guias de aventura (canoístas) –, todos residentes em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Os participantes concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A escolha desses agentes foi decorrente de suas inserções nos espaços destinados ao lazer aquático. Os procedimentos metodológicos de estudo consistiram na combinação de técnicas para a coleta de dados: observações de campo participante e não-participante (registradas em diário de campo) e posteriores entrevistas semiestruturadas. As observações foram realizadas nos espaços de lazer em momentos esporádicos, durante duas semanas (julho e outubro de 2016).

⁴ Compreende-se por território fluvial “o espaço ou paisagem dominada por um rio, incluindo os seus leitos, o corredor ribeirinho e a planície de inundação” (PACHECO; PEREIRA, 2013, p. 8).

Os conteúdos descritos no diário contextualizaram as atividades desenvolvidas no campo, de caráter descritivo-analítico (TRIVIÑOS, 1987). As anotações realizadas facilitaram a observação, a descrição e a reflexão das rotinas do dia de trabalho, que continham: data, horário, local, planejamento, ação, objetivos da ação, sujeitos envolvidos, desenvolvimento da atividade e avaliação.

O tratamento específico destinado aos dados coletados, a partir das observações e entrevistas, está alicerçado na Análise do Discurso foucaultiano (2008), que trabalha com o sentido dos enunciados e suas regras de formação (referencial; relação do enunciado com seu sujeito; espaço colateral; e condição material).

A produção de discursos sobre o uso das águas na canoagem

As práticas de lazer desviantes são formas encontradas por diferentes grupos sociais para expressar resistência aos mecanismos de poder operantes em distintos âmbitos da vida cotidiana. As formas de resistência são variáveis, elas podem ser orgânicas ou espontâneas; pacíficas ou violentas; permanentes ou esporádicas; e coletivas ou individuais (GERLERO, 2007). Não obstante, o lazer desviante pode ser identificado à medida que se sedimenta, afinal estão imbricadas na mesma natureza de poder, o desvio e o controle.

Considerar o lazer desviante como uma forma de resistência implica admitir que seja um fenômeno, por vezes, difícil de ser localizado e capturado. Esta proposição foi confirmada no estudo empírico e começamos avançar no percurso investigativo à medida que contamos com o apoio de Yara⁵, administradora de um Parque Aquático em Foz do Iguaçu. Anteriormente ao atual emprego, Yara trabalhou no Parque Nacional do Iguaçu. Neste local, mediante autorização, fazia escalada e rapel em seu tempo livre com um grupo que tinha acesso ao parque. Nessas ocasiões, os envolvidos com a atividade aproveitavam para tomar banho de cachoeira escondidos dos turistas. Embora Yara admita que a fiscalização tenha conhecimento da prática, há um “acerto” – podem escalar, mas “não podem se deixar mostrar aos turistas”; ao sair ou entrar nas trilhas, caso algum turista passar ou estiver no rio, se escondiam debaixo das quedas das cataratas, debaixo do véu d’água.

A partir dos conhecimentos de Yara foi possível visitar dois locais propícios para o uso das águas como lazer, conhecido por poucos. Primeiro fomos até uma cascata de um arroio que deságua no Rio Iguaçu, próximo da Ponte da Fraternidade, que liga Brasil-Argentina. Não sabíamos a quem pertencia aquela propriedade, pois não existia identificação, tampouco cercas ou placas, apenas uma trilha que adentrava a mata. No percurso da trilha o acesso ao rio era em declive, exigindo apoio em um corrimão improvisado. Os acessos a esses locais de lazer não estão identificados, não há sinalização. Esse é apenas um dos aspectos que os diferenciam das trilhas turísticas,

⁵ Todos os nomes são pseudônimos.

além de ser um elemento territorial que demarca as diferenças entre o desviante e o canônico.

Ao lado da cascata, uma corda foi amarrada de maneira provisória no galho de uma grande árvore, que servia de pêndulo para embalar a experiência de saltar no poço d'água. O pêndulo consiste na utilização de uma corda para os praticantes se deslocarem de um ponto ao outro, com a possibilidade de saltar ao final do trajeto. Em nossa percepção, o atrativo cênico da cachoeira, aliado à emoção (sensação de vertigem) da prática do pêndulo, produz uma experiência gratificante ou, conforme recomenda Da Paixão et al. (2011, p. 423), “[...] o praticante precisa conscientizar-se de que o êxito na aventura buscada nessas práticas físicas no meio natural precisa ser buscado na mesma proporção do que o são as fortes emoções, a vertigem e o risco”.

Posteriormente, fomos apresentados a um grupo de canoístas, composto por cinco agentes (guias de aventura), conhecedores dos cursos d'água da região e experientes em atividades de *rafting* e canoagem. Alguns deles iniciaram essas práticas como lazer, enquanto outros trabalharam profissionalmente com esse segmento há mais de uma década. Segundo o grupo, eles iniciaram os acessos aos rios em Foz do Iguaçu há bastante tempo, como “*hobby*”, até surgir a ideia de transformar as suas práticas de lazer (desviante) em produto (canônico), uma atividade comercial. A perspectiva do grupo é aproveitar o momento atual de revitalização do Marco das Três Fronteiras⁶ para promover os esportes aquáticos no curso dos rios, especificamente com os serviços de canoagem. Embora o grupo esteja operando profissionalmente há poucos meses, as intenções são antigas, ao citar as experiências realizadas em outras localidades do país, a exemplo de Brotas, São Paulo.

As atividades de aventura – “[...] práticas corporais, manifestadas principalmente no tempo destinado ao lazer, as quais requisitam a natureza para o seu desenvolvimento e representam, de alguma forma, práticas alternativas e criativas de expressão humana” (MARINHO; SCHWARTZ, 2005, p. 1), são crescentes na região de fronteira. Isto explica o motivo pelo qual o guia de aventura expressa a intenção de proporcionar determinadas atividades de aventura.

A principal atividade de aventura em caráter profissional é a canoagem, esporte náutico praticado com canoa ou caiaque⁷, que é relativamente recente e tornou-se uma atividade de lazer para turistas e população local. Não por acaso, os guias de aventura que prestam esse tipo de serviço divulgam o novo produto e convidam para a experimentação.

Iniciamos a experimentação da canoagem no Rio Iguaçu. Os guias de aventura aproveitam a antiga amizade com as proprietárias de um hotel para facilitar o acesso ao rio. A parceria dos canoístas com as proprietárias do hotel foi recentemente confirmada mediante firmação de contrato, após aceite da proposta de projeto. A profissionalização

⁶ Famoso ponto turístico localizado na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

⁷ O caiaque é uma pequena embarcação a remos utilizada para lazer, transporte e competições. Na vertente desportiva, compreende várias modalidades.

da atividade inseriu o hotel na obtenção dos ganhos, que apresentava alguns sinais de decadência. Após a participação no negócio, ainda que indiretamente, o hotel revitalizou os acessos, soube aproveitar a parceria.

A entrada é uma propriedade privada, ali a gente tem um acordo com as propriedades privadas, então a gente tinha um acordo de passagem. E, nesses últimos anos, a gente pensou como, então, de repente, em fazer um produto e tal para também agregar no destino [...], agregar um produto a mais no roteiro para poderem ter acesso aquilo, entendeu? Ter acesso àquele cânion, à natureza, ter esse contato (GUIA DE AVENTURA 01).

Percebe-se nessa fala que o grupo está em fase de transição, reorganizando profissionalmente a atividade – do lazer desviante para o lazer canônico. Existem algumas evidências de acomodação cultural (ROJEK, 2011, p. 146): “em alguns casos, os valores da sociedade mudam, e o que é tido como atividade anormal em um período se torna normalizado”. Em outras palavras, se no passado essa prática era um lazer com características desviantes, atualmente elas estão em fase de regulamentação.

No interior da propriedade do hotel, parte do trecho é percorrida de carro, posteriormente prossegue-se a pé por uma trilha até chegar às margens e subida do rio. No trajeto é necessário passar por uma placa de sinalização que alerta que a área é pertencente ao Parque Nacional do Iguaçu. Acessar esse território sem autorização não desencoraja os guias de aventura: – “[...] não estamos fazendo nada demais, a gente não está fazendo fogueira, soltando rojão ou deixando um monte de lata espalhada” (GUIA DE AVENTURA 01). Logo, parece haver um poder difuso de fiscalização. Na percepção do grupo, a prática não é desviante, pois o desvio está na avaliação social mais ampla que recrimina práticas como essas.

Segundo os guias de aventura, a Polícia Militar Ambiental (Força Verde) tem tolerado a prática no rio e não efetuado repreensões. Esse é um ponto em que a territorialidade nacional ou a fiscalização sobre outros aspectos não está em questão, em que se revela a convivência com esses contrapontos. Consideremos que essa atividade de lazer não seria ilegal, se limitada ao não ingresso no Parque Nacional do Iguaçu, com o sabor da permissividade e da descarga de inibições, ao funcionar como fator liberador de inibições inculcadas pela rotina. O ambiente favorece a descontração e o esquecimento das restrições físicas e psicológicas da vida diária, mas essas atividades “quadradas” também podem assumir formas “transgressoras” com implicações não convencionais, segundo os objetivos dos participantes (PARKER, 1978, p. 58).

Ainda nesse mesmo roteiro, a principal atração é o banho de cascata no Rio São João, afluente do Rio Iguaçu. Um pouco acima, no interior do Parque Nacional do Iguaçu, foi construída a primeira usina hidrelétrica de Foz do Iguaçu, atualmente desativada. Segundo os guias de aventura, eventualmente a fiscalização desce o rio ou aparece no meio da floresta; esporadicamente a Marinha surge de barco. Também existe uma sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

nas proximidades. Se acontecerem algazaras que chamem a atenção dos guardas, estes descem pelos rios e os envolvidos se escondem na mata, pois conhecem as trilhas.

A tranquilidade de realização do percurso está ancorada na certeza de que terão tratamento diferenciado, pois dificilmente haverá indisposição com os fiscalizadores. Conforme constatado: – “os agentes sabem distinguir a navegação sadia da predatória”, (GUIA DE AVENTURA 01) portanto a realização da canoagem e mesmo um breve mergulho não é motivo de problemas. Segundo os guias de aventura, os vigias do parque “fecham um olho” para o grupo, evidenciando o “afrouxamento das proibições” (ROJEK, 2011, p. 146). Aqui as principais preocupações não residem no sistema de segurança, mas nas dificuldades logísticas e provimentos de recursos para manter o negócio, por isso reúnem grupos com, pelo menos, cinco ou seis participantes. Em alguns períodos, é possível reunir grupos de quinze turistas estrangeiros, ingressá-los em um ônibus e levá-los aos passeios.

Para conhecer as cachoeiras da região por conta própria é preciso pesquisar e persistir no assunto, pois, do contrário, dificilmente os interessados encontrarão os roteiros. Essas cachoeiras estão localizadas nos pequenos rios que deságuam nos rios Paraná e Iguaçu. Ao serem marcadas, tornam-se pontos monitorados e explorados economicamente. À medida que as cachoeiras começam a ser divulgadas como produtos, a população passa a encontrá-las com maior facilidade, porém mediante pagamento. Os interessados aderem ao pacote de serviços, contratam os guias de aventura e pagam aproximadamente duzentos reais pela experiência. Em alguns casos, o pacote de serviços inclui hotel e almoço.

Além do pacote de serviços, alguns eventos também são promovidos, como a “trilha das cachoeiras”. Nesse percurso da trilha, os participantes conhecem quatro cachoeiras. Uma das cachoeiras “marcadas” é a Carimã (acesso pelo Bairro Carimã). Para acessá-la, é possível chegar de carro até a “boca da trilha”, depois é necessário passar pelo terreno de uma propriedade que tem alguns moradores e, por fim, entra na área de preservação.

Não é comum os usuários saberem quem são os proprietários das terras por onde passam. Nos bosques, existem trilhas antigas e os usuários geralmente desconhecem se a propriedade é pública ou privada. A passagem é feita com discrição e tranquilidade e, por enquanto, ninguém proibiu. O acesso aos cursos d'água é uma prática antiga, parte de uma cultura pertencente àqueles que nasceram e foram criados nas suas margens, e uma das poucas possibilidades gratuitas de lazer.

Na região de Foz do Iguaçu foram mapeadas quarenta cachoeiras com acesso ainda não privatizado. A partir desse levantamento, serviços começam a ser prestados e produtos comercializados, pois, segundo os guias de aventura, os moradores e os turistas desejavam visitar outros pontos além dos tradicionais, mas não tinham informações de rotas alternativas. São tendências que agregam pessoas com interesses comuns, não apenas pelas atividades de aventura como lazer, mas vinculado, também,

ao apelo econômico. Não se trata de um ataque ao informal em si, mas uma forma de obter lucro.

Embora saibamos que os ganhos financeiros sejam a prioridade em uma atividade com fins comerciais, a construção narrativa é de preservação ambiental, com o intuito de combater a caça e a pesca predatória, recolhimento do lixo e conexão com a natureza (mesmo sendo uma propriedade privada), sendo que a responsabilidade pelos danos ambientais recai sobre os pescadores, que atualmente precisam passar pela recepção do hotel e se identificar:

Quando a gente chegava ali e não operava como opera hoje, ou seja, na forma de produto, tinha gente que deixava muito lixo. Você não tem noção. Lixo de tudo que é tipo. A gente recolhia lixo ali, mas eram dois sacos assim, cada dia. Esse era um ponto. Agora começou a filtrar os pescadores. Ali agora tem umas diferenças: os pescadores não deixam mais lixo. A gente foi aos poucos trabalhando isso. Mas com o tempo isso não comporta esse tipo de atividade junto. A gente não pode impactar porque é gente que pesca há anos (GUIA DE AVENTURA 02).

Os discursos possuem suporte histórico e institucional na tentativa de justificar a permissão ou proibição das práticas. Quando um sujeito ocupa um lugar institucional, faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo, segundo os interesses de cada trama momentânea, de maneira descontínua (MACHADO, 1981). À medida que são inventadas classificações e categorias, são gerados tipos de indivíduos, de ações e sensações. Nessa dinâmica, indivíduos e objetos não existem *a priori*, pois são construídos discursivamente sobre o que se fala deles.

A institucionalização dos discursos visa à hegemonia normativa, portanto é preciso perceber a normalidade pré-construída e atentar para aquilo que é excluído, bem como para os motivos de sua segregação (FOUCAULT, 2014). Aquilo que consideramos como processos naturais são processos sociais – constituem-se no curso da história e da cultura humana e não podemos descartar a possibilidade de inversão de papéis (ora ser agentes de controle, ora de desvio). Nesse sentido, o que chamamos de lazer desviante na atualidade poderá não o ser amanhã (e vice-versa).

Concomitante à premissa preservacionista, presente na fala do guia, estão embutidos outros elementos: a segurança e a gestão de risco. Pelos argumentos, está explícita a disputa pelo território, ao ponto de o grupo entrevistado questionar o uso do rio pelos pescadores e atribuir os créditos pela melhoria do ambiente a si. Ou seja, alguns indivíduos não podem cometer determinadas práticas porque estariam supostamente prejudicando o meio ambiente, mas quando apresentadas com nova roupagem, como um produto licenciado, poderão ser permitidas, pressupondo um credenciamento que as qualificam. Não obstante, o guia de aventura comenta que existem outras trilhas nas áreas de proteção, através das quais os pescadores poderiam chegar ao rio. A disputa não é somente com os antigos pescadores, mas também com os “invasores” da área. Entretanto, contam com a influência de agentes públicos:

A gente fez um negócio com a Tropa de Choque (Polícia), a gente fez uma atividade na água com eles e a gente participou como instrutor guia, sabe. E aí, um dos focos era eliminar esse tipo de invasão. Tem algumas pessoas que invadem propriedades particulares para poder acessar isso. De certa forma, é algo que não tem como fugir disso. A gente pensa: ah, o mundo não devia ter propriedade privada, então, porque tem aquela cachoeira, aquele rio maravilhoso e tal, e todo mundo tem que passar pela propriedade privada? Cabe ao poder público usar as áreas dele e fazer o acesso às pessoas. É algo mais de poder do que qualquer outra coisa (GUIA DE AVENTURA 03).

No caso da prática da canoagem, alguns grupos já haviam tentado desenvolver o projeto que, por inúmeras razões, não avançava, ora por causa da burocracia, ora pelas dificuldades de operacionalização. A sugestão proposta pelo guia de aventura não é a desapropriação de áreas pela via judicial, como já aconteceu e ainda vem ocorrendo, mas de expandi-las para além do Parque do Iguaçu. Nas áreas pertencentes ao Poder Público, os guias sugerem a construção de píeres e a instalação de outros serviços que atendessem a essa demanda, como policiamento. Enquanto isso não ocorre, a população desbrava trilhas, passa por estradas vicinais, adentra a mata e chega a lugares como o Rio Tamanduá. As suas margens são públicas e de preservação, portanto, os acessos não são preparados; as pessoas estacionam aleatoriamente, não há lixeiras, placas de sinalização ou segurança. Frente à essa realidade, o discurso imperativo é o de beneficiar os usuários, valorizar o destino, preparar e qualificar o terreno para vender os seus serviços. Tais práticas já existiam, mas não como um produto organizado voltado ao ecoturismo. O que está sendo proposto é a criação de um circuito semelhante ao “*Iguassu Secret Falls*”, um passeio novo que conduz os interessados pela rota das cachoeiras, com saídas diárias de van de um shopping da cidade. Os negócios não estão mais centralizados no Parque Nacional do Iguaçu e na Usina de Itaipu, ocorrendo a capilarização de um novo nicho de mercado, com rotas alternativas.

Providenciar a documentação tem sido um dos principais fatores limitadores para a operacionalização do empreendimento. A beira do rio é considerada área de Preservação Permanente (APP), ou seja, os 150 metros da crista da barranca e os 50 metros da nascente não pode ter impacto (construir prédios, cortar árvores, por exemplo), e, para evitar a burocracia e a rigorosidade da nova Lei Ambiental (Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012), o grupo enquadrou-se em um regime de liberação para conseguir a Licença Ambiental, que não exigiu muito mais que a descrição dos equipamentos utilizados.

Um dos guias de aventura relata que, certa vez, o vidro do carro foi quebrado enquanto estavam no rio. Era comum a circulação de indivíduos que vinham por outras trilhas. A solução foi chamar a “Polícia de Choque”, com quem já possuíam tratativas de acordos, e fazer o Boletim de Ocorrência. Esses contatos não são apenas formais, mas uma parceria que perdura entre diferentes agentes. Alguns policiais praticam natação e

remo com o grupo. O ambiente tornou-se seguro, trouxe e distinguiu o público. Para o guia, os “bandidos” invadem as propriedades privadas, acampam e pescam nas margens dos rios, destroem o ambiente, deixam lixo, ficam bêbados e roubam objetos:

Da Argentina pode vir bandido de barco. Antigamente acontecia muito, hoje não porque a Polícia Federal fez um porto no Rio Paraná e a Marinha Argentina sempre está controlando o Rio Iguazu. Então, os caras não assaltam mais de barco, mas acontecia. Você estava ali e chegava uma embarcação para roubar você. Isso há muito tempo atrás, eram piratas. Principalmente no Rio Paraná, também por causa da muamba. A gente nunca foi confundido, mas é que a gente sempre faz o acesso ali pelo hotel e o pessoal nos conhece (GUIA DE AVENTURA 04).

O discurso hegemônico nomeia as experiências culturais de lazer, carrega-as de valores morais que, uma vez consideradas negativas, devem ser evitadas. No momento que os rios passam a ser intensamente monitorados pelas polícias, que os pescadores começaram a se cadastrar e que a atividade passa a ser normatizada, que os grupos de aventura legalizam as suas atividades, ocorre a seleção daqueles indivíduos autorizados a cessar e usar rios para o lazer. Nessa relação de poder é traçado o perfil desejado do usuário, preferencialmente aquelas “pessoas de bem”, que não trarão problemas, inclusive de vandalismo.

As formas de exercer o poder nas sociedades modernas podem ser analisadas em termos de estratégias, identificadas por um conjunto de técnicas ou táticas utilizadas para fazer funcionar ou manter uma estrutura (FOUCAULT, 2014). A estratégia funciona em cadeia e é marcada por relações de dominação e poder, exercida através de uma complexa teia de relações de forças, na qual os indivíduos sempre estão sob a possibilidade de sofrê-lo ou de exercê-lo.

À medida que o grupo se estabelece, sentem-se mais seguros, a ponto de apoitar os caiaques sem risco. A pretensão é de instalar armários na beira do rio para guardar equipamentos e ampliar os serviços de aventura, como o *rafting*, que requer boas corredeiras. Para tanto, os guias de aventura têm se deslocado até a cidade de Capanema, Paraná; ou em algum ponto mais próximo, como no Paraguai, no Rio Acaray.

Caso os guias de aventura consigam fazer parcerias com grandes empresas de turismo e com *hostels* da região, pretendem montar novos grupos, pois a demanda é crescente – naquelas semanas, vários grupos haviam fechado passeios. Para sabermos mais sobre essas atividades, entrevistamos o presidente da Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia (ADERE), que há mais de dezesseis anos trabalha na promoção e desenvolvimento dos esportes radicais no Paraná. As atividades de lazer que a associação promove em Foz do Iguazu são relativamente pequenas no âmbito comercial, pois a região demorou muito tempo para lançar esses “produtos alternativos”.

Por mais que nós estejamos em regiões com bastante água, nós temos uma

dificuldade muito grande de acesso às águas. Por que isso? Nós estamos em zona de fronteira, a barranca do rio é 150 metros, a barranca do rio é área da União, então os acessos para a água se dão por propriedades privadas até a divisa com a área da união. Então isso é um fator muito complicado para poder desenvolver um produto turístico sustentável na borda dos rios, mas as pessoas foram aí driblando, encontrando soluções e hoje tem um produto fora da rede das Cataratas, essa que é o Aguarai, muito bom por sinal. Hoje também depois de 16 anos, você tem outro rapaz que está desenvolvendo o circuito das cachoeiras secretas da cidade. Também, depois de 16 anos alguém, um visionário, que já sabia que tinha alguém estudando as cachoeiras, foi lá em parceria com essa pessoa que estudou todas as cachoeiras da cidade, foi lá e montaram um produto turístico. São produtos que não estão na mão de grandes redes, são pessoas visionárias e que visualizaram uma oportunidade de ganhar dinheiro de forma sustentável (CARLOS - ADERE).

Percebemos que emerge na região um novo e grande nicho no segmento de aventura quando o assunto é o território fluvial, embora isso não tenha refletido de maneira imediata como política de lazer na região. As corporações, tradicionalmente, buscam investir em áreas com grande densidade de pessoas, já que o lucro é maior, a exemplo do Parque das Cataratas, em que o volume de clientes é elevado. A reflexividade institucional da ADERE visualizou uma nova oportunidade, ao abrir alguns campos nas atividades de lazer e aventura. A estratégia utilizada para conseguirem praticar as modalidades foi por meio da criação de uma Organização Não-Governamental (ONG). Ao entrar em outra área e se organizar em forma de associação, houve fomento das atividades esportivas e ecológicas.

Outra estratégia utilizada é a participação política nas reuniões dos Conselhos Municipais que estão relacionadas às várias atividades de interesse, por exemplo, no campo ambiental, para influenciar diretamente na construção das políticas públicas para o município. A intenção não paira apenas no plano da idealização, pelo contrário, a associação e os simpatizantes avançam nessa direção. No último pleito das eleições municipais, quase elegeram um representante na Câmara de Vereadores.

Além da esfera municipal, a instituição conta com as parcerias de outras entidades. Algumas empresas da cidade colaboram quando é preciso desenvolver atividades de campo. A própria Itaipu Binacional é uma dessas parceiras. Em 2016, a Associação, em parceria com a Itaipu Binacional, lançou um calendário composto por nove eventos, realizados ao longo do ano em diferentes modalidades, todos gratuitos, abertos ao público e realizados nas cidades de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Londrina e Curitiba.

Outro caminho que se desenha é a construção de parques às margens dos rios, inclusive os menores. O desejo dos envolvidos nesse projeto é que o Poder Público facilite a exploração comercial dessas atividades:

Para nós como ONG, nós avaliamos que uma das alternativas pra poder ocupar positivamente essas áreas de forma sustentável é a transformação

dessas áreas em parques e pra isso eu cito modelos argentinos aqui no campo de toda nossa fronteira, aqui em Foz do Iguaçu saindo até trezentos quilômetros, diversos parques provinciais, municipais extremamente ativos, extremamente bem organizados e bonitos, então pra nós a solução de acessibilidade para os rios no Brasil, não só em Foz do Iguaçu, é a partir da vigência das leis que constituem essas áreas importantes em áreas de parques de proteção permanente e atividade (CARLOS - ADERE).

Aquilo que era periférico começa a ter destaque e, gradativamente, começa a ser explorado e a ganhar novos contornos. Distante trezentos quilômetros da fronteira, na cidade argentina de *Encarnación*, um projeto semelhante foi implementado às margens do Rio Paraná, com praias artificiais, hotéis, *resorts*, enfim, várias atividades que atendem ao circuito turístico. Porém, houve um efeito colateral: a população que ali vivia foi removida e realocada em uma parte afastada da cidade. Esse tipo de deslocamento gerou conflitos. Mesmo mediante indenização, as condições básicas para recomeçar a vida em outro lugar nem sempre são proporcionadas. Especificamente, em Foz do Iguaçu, à medida que a cidade crescia de maneira desordenada, as favelas localizadas na beira de algum rio, inclusive as favelas do centro (próximas ao Rio Paraná) e região norte (próximas ao Rio M'Boicy) foram deslocadas de lugar e a ocupação às margens dos rios continuou ao longo do tempo.

As políticas públicas de intervenção urbana têm privilegiado a refuncionalização (turistificação) dos espaços, sinalizando a modificação dos lugares a partir de padrões elitistas, expulsando as populações tradicionais. O aspecto da segregação social e espacial decorrente do processo de gentrificação⁸ geralmente apresenta o enunciado da valorização do patrimônio histórico-cultural como valorização dos espaços urbanos. É possível pensar, portanto, em um processo de gentrificação do território fluvial. Esse é mais um elemento de tensionamento das práticas de lazer que poderá ser considerado, fenômeno cada vez mais característico em regiões turísticas e em situações de promoção de megaeventos⁹.

Não se trata de opor à análise da gentrificação do espaço com a normalização das práticas de um lado, e, de outro, os desvios e a resistência. Se o processo de gentrificação apenas gerasse proibições, o lazer desviante seria alimentado pela aventura da infração. Os aparatos estatais (Polícia, IBAMA, entre outros) e paraestatais (empresas de turismo) também lançam suas estratégias. Parece-nos, portanto, que a dimensão construtiva do poder visa fornecer uma experiência estético-sensorial coerente,

⁸ A gentrificação (ou enobrecimento) começa pelo interesse de elites intelectuais ou econômicas em áreas ou edifícios degradados, porém com localização privilegiada, geralmente, próxima aos centros das grandes cidades que, após processos de intervenção e reutilização, tem aumentado o seu valor de troca, atraindo a especulação imobiliária. Em detrimento do valor de uso, atrai interesse para a região, desencadeando a reforma de bairros inteiros e, a partir de parceria entre setores público-privado, promovem uma reforma urbana com características de reforma social pela seletividade econômica (SILVA, 2004).

⁹ Gaffney (2016) analisou a gentrificação prévia aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (2016), destacando a conexão entre turismo e esporte na especulação imobiliária, a ocupação de favelas estratégicas pela Polícia Militar e a implementação de projetos públicos de desenvolvimento urbano que atendem aos interesses do Capital.

de tal modo que as subjetividades do sujeito sejam marcadas pelo discurso da aventura segura das operadoras, até a sua naturalização.

A fluidez do lazer - Considerações Finais

No decorrer do processo investigativo vislumbramos as dimensões do lazer nos cursos d'água, bem como a existência de mutações de discursos em uma relação complexa. A composição variada de arranjos sociais demonstra que a dinâmica da região de fronteira é porosa, o que torna difícil sustentar de forma permanente categorias normativas fixas. As práticas constituintes dos lazeres desviantes no território fluvial estão relacionadas à dinâmica contextual que engendra um campo de disputas em constante deslocamento e demarcação, o qual se configura em meio à ordem e à desordem, ao canônico e ao desviante, à satisfação e à repressão.

Podemos considerar que na região de fronteira existem inúmeros dispositivos de controle sobre o indivíduo. Em muitos casos, os agentes reguladores são relativamente flexíveis com os moradores, desde que as suas condutas não apresentem riscos ao poder instituído. No contexto em destaque, o Estado exerce eventualmente um controle menos rigoroso, uma vez que há certa naturalização das práticas desviantes. Em contrapartida, os indivíduos apropriam-se das normas locais da região de fronteira, as quais possuem dinâmicas distintas, para usufruírem de condutas sociais que, eventualmente, extrapolam as leis, existindo uma dinâmica interrelacional entre motivação, localização e contexto, cuja transgressão é praticamente inevitável.

A peculiaridade da região de fronteira revelou um ambiente dinâmico, no qual as ambiguidades são constitutivas das relações sociais no território fluvial. Os rios criam limites naturais contornáveis, sendo parte do cotidiano a criação de dispositivos para tornar algumas práticas de lazer viáveis, enquanto outras são inviáveis. Os modos de regulação do mercado das águas caracterizam-se como um conjunto de práticas e dispositivos sociopolíticos abertos a uma geometria variável de relações, envolvendo lazeres desviantes e canônicos. Estamos a tratar da configuração de campos de força, contornados por práticas que oscilam entre acordos velados e negociações abertas na disputa por territórios e pelos modos de apropriação de capitais que circulam nesses mercados.

Com o estudo, percebemos a existência de uma relação de poder (correlação de forças) que coloca em disputa diferentes sujeitos na determinação de quais são os usos "verdadeiros" das águas. Em um jogo tensional e dinâmico de oposições, tolerâncias e alianças, é contestado o uso dos cursos d'água para o lazer, em que cada ator social defende esse uso a partir dos seus interesses, elaborando diferentes discursos. Assim, as práticas de lazer operam como dispositivos locais de gestão da ordem, que passa por protocolos, mediações e negociações. Nesse plano, nas maneiras de contornar a própria lei, pode-se conferir a trama de práticas e dispositivos de poder. Nos territórios mutáveis e incertos de fronteira, as regras e os jogos de poder estão constantemente se

redefinindo, restabelecendo nexos que se estruturam ora em campos de tensão e conflitos, ora em acordos pactuados. O lazer é, portanto, uma resposta paradigmática e criativa na arena do tempo livre, capaz de gerar experiências negativas, quanto positivas, em estreita relação com os dilemas sociais. A transitividade entre lazer canônico e lazer desviante se configura nas relações de poder que oscilam nas dobras do formal e informal, em meio a um jogo de atores que transita entre a repressão, a transgressão consentida e a criação de novos nichos de mercado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Ano CXLIX, n. 102, 28 de maio de 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em <http://portal.in.gov.br/>. Acesso em 01 dezembro de 2019.

DA PAIXÃO, Jairo Antonio; GABRIEL, Ronaldo Eugênio Calçada Dias; TUCHER, Guilherme; KOWALSKI, Marizabel; DE MENEZES COSTA, Vera Lucia. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. **Psicologia & Sociedade**, n. 23, p. 415-425, (Maio-Agosto), 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326470023>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAFFNEY, Christopher. Gentrifications in pre-Olympic Rio de Janeiro. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, 2016.

GERLERO, Julia C. Las formas de residencia en la recreación. **Cuadernos de ocio y sociedad**, v. 1, n. 3, Medellín, Colômbia: Soluciones Editoriales, 2007. p. 49-62.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MARINHO, Alcyane; SCHWARTZ, Gisele M. Atividades de aventura como conteúdo da educação física: reflexões sobre seu valor educativo. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, n. 88, 2005.

PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa; PEREIRA, Sabrina Yasmin Rodrigues. Território fluvial urbano e a sustentabilidade local: a importância da geomorfologia para análise das implicações socioambientais. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS LATINO*

AMERICANOS, 14, 2013, Lima - Peru. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericano. Lima - Peru: Egal, 2013, v. 14. p. 01-16.

PARKER, Stanley R. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Leituras pós-modernistas nos estudos do lazer. *In*: PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (Org.). **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem, 2010a. p. 117-139.

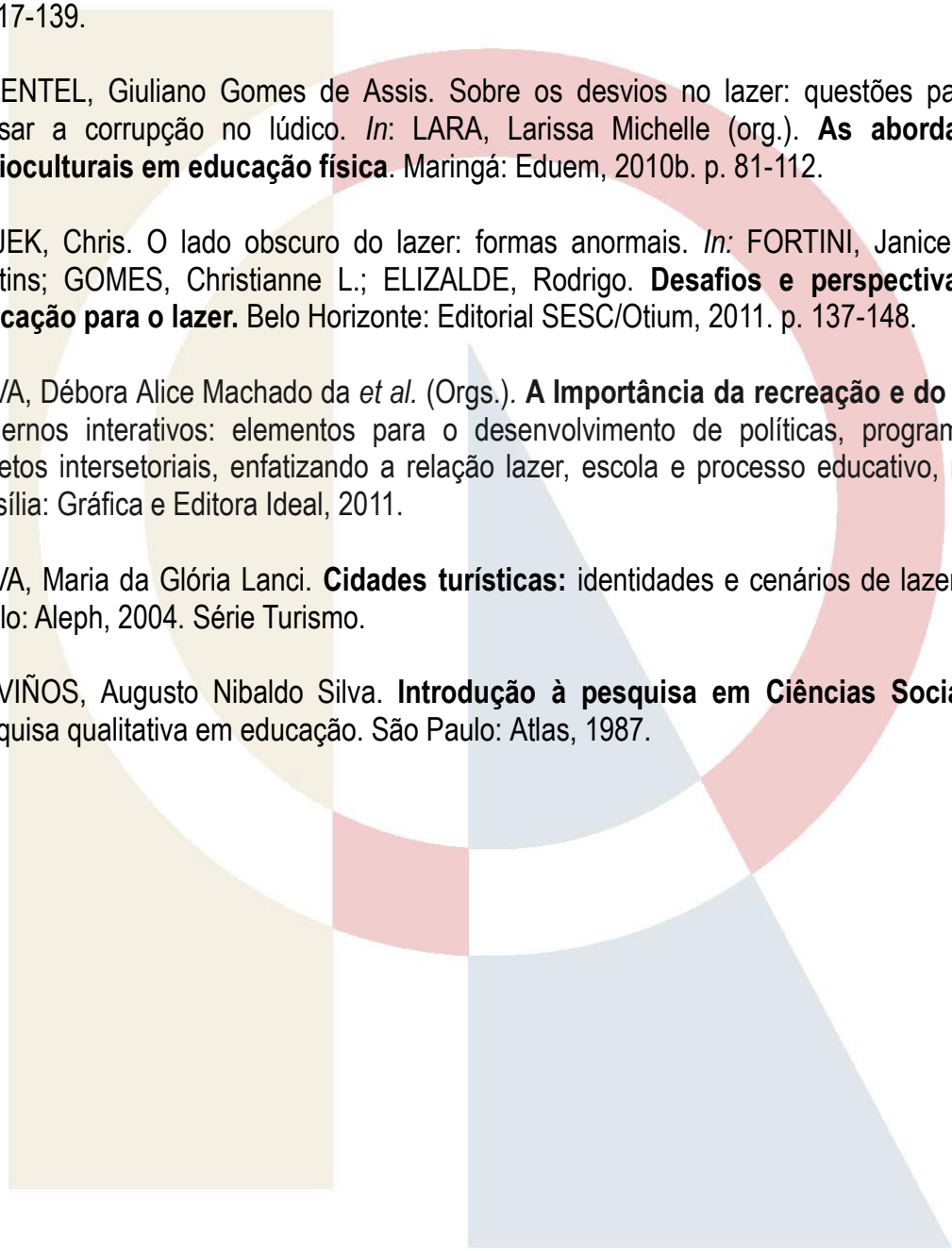
PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Sobre os desvios no lazer: questões para se pensar a corrupção no lúdico. *In*: LARA, Larissa Michelle (org.). **As abordagens socioculturais em educação física**. Maringá: Eduem, 2010b. p. 81-112.

ROJEK, Chris. O lado obscuro do lazer: formas anormais. *In*: FORTINI, Janice Lúce Martins; GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. **Desafios e perspectivas da educação para o lazer**. Belo Horizonte: Editorial SESC/Otium, 2011. p. 137-148.

SILVA, Débora Alice Machado da *et al.* (Orgs.). **A Importância da recreação e do lazer**. Cadernos interativos: elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo, n. 04. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, Maria da Glória Lanci. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004. Série Turismo.


TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



Endereço para correspondência

Alexandre Paulo Loro
Rua Minas Gerais, 72E, Edifício Continental, ap. 702, centro
Chapecó-SC - CEP 89.801-015
E-mail: alexandre.loro@uffs.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4207-7642>

Giuliano Gomes Assis de Pimentel
Universidade Estadual de Maringá - Departamento de Educação Física
Avenida Colombo, nº. 5.790, Bloco M-06 – Sala 002
Maringá-PR - CEP 87.020-900
E-mail: ggapimentel@uem.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1242-9296>



Recebido em:
02/12/2019
Aprovado em:
13/02/2020